

INDÚSTRIA EXTRACTIVA

Capacitação dos deputados entra na segunda fase

TORNAR a produção legislativa e fiscalização da indústria extractiva mais robusta no país é o que se pretende com o projecto de capacitação dos deputados da Assembleia da República e dos membros das assembleias provinciais que ontem entrou na sua segunda fase e tem duração de quatro anos.

Trata-se da continuação do processo que decorreu entre 2016 e 2019, sendo que nesta fase vai decorrer sob o lema “Fortalecendo o Papel do Parlamento e das Assembleias Provinciais na Fiscalização da Área da Indústria Extractiva”. A iniciativa visa promover a defesa dos interesses do povo nas áreas de exploração dos recursos naturais e não só.

Com um financiamento da Embaixada da Finlândia na ordem de 2.8 milhões de euros, o projecto vai proporcionar formações e seminários de capacitação dos representantes do povo, de modo a dotá-los de instrumentos capazes de promover a defesa dos interesses dos cidadãos em todos os domínios.

Falando na cerimónia de lançamento da segunda fase do projecto, em representação da Presidente da Assembleia da República, o presidente da Comissão da Agricultura, Economia e Ambiente, Momade Juízo, disse tratar-se de uma iniciativa que contribuiu para que Moçambique tivesse um sistema forte de governação no sector dos recursos minerais.

Afirmou que com a implementação do projecto, foi possível apoiar a Assembleia da República em matérias de transparência, inclusão e prestação de contas, o que permitiu

No Notícias, Política, 18.03.2020, pág. 08, Cd. 30.936



Momade Juízo intervindo no acto de lançamento

que se passasse a ter um Parlamento e as assembleias provinciais mais interventivas no desempenho do seu papel de fiscalização, produção legislativa e representação do cidadão no sector da indústria extractiva em Moçambique.

O apoio permitiu igualmente a interacção entre os deputados, os membros das assembleias provinciais e a sociedade civil, partilhando experiências e aprimorando os debates, a vários níveis, sobre a gestão de receitas, recursos humanos, inclusão e outros factores que foram optimizados.

“Com a segunda fase do projecto, esperamos ver o nosso país a desenvolver mais e a criar mais condições para que a exploração dos recursos na-

turais seja feita de forma sustentável e os ganhos possam beneficiar o povo moçambicano”, disse Juízo.

A Embaixadora da Finlândia, Laura Torvinen, renovou a disponibilidade do seu país em continuar a apoiar a iniciativa, Segundo afirmou, numa altura em que Moçambique tem a previsão de um crescimento económico de 10 por cento, é fundamental que, com a exploração do gás, a legislação seja mais adequada e a fiscalização robusta.

Considerou que este sector irá transformar a economia do país, pois vai gerar mais receitas e atrair mais investimentos, o que implica desafios para a área de fiscalização, devendo por isso, promover-se maior

transparência na gestão dos recursos.

Disse que a Assembleia da República tem um papel importante, não só na aprovação das leis mas, sobretudo, na fiscalização, ressaltando a importância de maior coordenação nesta altura de implementação do modelo de descentralização governativa.

Por seu turno, o director executivo do Instituto para a Democracia Multipartidária (IMD), parceiro da Assembleia da República e implementador do projecto, Hermenegildo Mulhovo, disse ser interesse da sua organização tornar os deputados e membros das assembleias provinciais mais fortes na defesa dos direitos humanos e equidade do género.